

HISTÓRIAS DE UM BRASIL QUE FUNCIONA

Governos locais ajudando a construir um país mais justo

País continental, com enorme diversidade climática, social e cultural, o Brasil pode ser visto de várias formas, observado sob diferentes perspectivas. Uma das análises mais comuns é a que parte do subdesenvolvimento econômico, da injustiça social e da ineficiência das instituições. Desse ponto de vista, o Brasil é um país onde os governos “não funcionam”, ou seja, onde os órgãos governamentais e as pessoas que os dirigem desperdiçam recursos e não conseguem combater a miséria, o atraso e todos os problemas daí decorrentes.

Outro modo de estudar o Brasil é considerá-lo um gigante adormecido, o berço esplêndido de possibilidades ainda não realizadas. O Brasil seria, assim, o “país do futuro”, à espera de uma oportunidade para transformar suas riquezas naturais em qualidade de vida e bem-estar material.

Este livro propõe outro olhar sobre o Brasil. Aqui não se pretende apresentar nem a visão pessimista, segundo a qual o país está condenado ao fracasso, nem o ufanismo resignado, segundo o qual a transformação desejada é apenas uma questão de tempo e paciência.

Ao mesmo tempo em que permite uma viagem pelo país, percorrendo desde as aldeias indígenas da região amazônica aos grandes centros urbanos, o livro mostra um Brasil que funciona, isto é, que encontra soluções criativas para seus problemas. Tais soluções, resultado do esforço de governos municipais, estaduais e de organizações próprias dos povos indígenas, hoje fazem parte do banco de dados do Programa Gestão Pública e Cidadania.

Desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas e pela Fundação Ford, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa realiza anualmente um ciclo de premiação voltado aos governos subnacionais. Como diz o próprio nome do Programa, a premiação e o banco de dados (com as

3.391 inscrições recebidas desde 1996) procuram destacar práticas de gestão pública que sejam inovadoras e valorizem a cidadania.

A cada ano, o Programa envia um *folder* de apresentação e uma ficha de inscrição para mais de vinte mil endereços, possibilitando que os governos subnacionais inscrevam suas experiências.

Em 2000, quinto ano do Programa, foram recebidas 946 inscrições. As áreas temáticas com maior número de inscrições neste ano foram a de Serviços Públicos (47%) e a de Cidadania e Direitos Humanos (27%). Em relação às regiões geográficas, a maioria das experiências tem origem na Região Sudeste (46%), seguida pela Região Sul (34%) e pela Nordeste (12%). A exemplo dos anos anteriores, quase a totalidade das iniciativas (91%) tem origem municipal.

Após o recebimento das inscrições, o Comitê Técnico do Programa Gestão Pública e Cidadania – formado por pesquisadores de universidades e centros de pesquisa, além de profissionais ligados a organizações da sociedade civil – reúne-se e avalia as experiências. Segundo os critérios utilizados nessa avaliação, consideram-se inovadores os programas, projetos ou atividades que:

- 1) introduzem mudanças significativas em relação a práticas anteriores em determinada área geográfica ou temática;
- 2) têm impacto positivo sobre a qualidade de vida da comunidade;
- 3) podem ser repetidos ou transferidos para outras regiões ou administrações;
- 4) ampliam ou consolidam o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos e
- 5) utilizam recursos e oportunidades de forma responsável, visando a auto-sustentabilidade.

Com base nesses critérios, o Programa Gestão Pública e Cidadania realizou uma seleção, dividida em três fases. Na primeira, foram escolhidas 100 iniciativas

semifinalistas. Numa segunda etapa, selecionaram-se 30 programas pré-finalistas, visitados por técnicos de diversas universidades e instituições de pesquisa. A partir dos relatórios elaborados por esses técnicos, foram escolhidos os 20 programas e projetos finalistas, aqui apresentados.

Essas experiências indicam a existência de um país diferente do Brasil da injustiça, da corrupção e do desperdício de dinheiro público. Esse outro Brasil está encontrando soluções para os problemas locais, por meio da criatividade dos governos subnacionais e da sociedade civil.

São iniciativas que procuram garantir a inclusão social de segmentos marginalizados, como os povos indígenas, os portadores de deficiência, os favelados, dentre outros. No caso dos índios, constitui um fato animador descobrir, no ano em que o país comemora os 500 anos do Descobrimento, projetos que procuram respeitar a cultura da população indígena (Projeto Educação Ticuna e Projeto Escola Municipal Mbo´Eroy Guarani Kaiowá).

Existem também iniciativas para a inclusão social dos portadores de deficiência, como a experiência de Diadema-SP (Programa de Inclusão – múltiplas leituras no olhar da diferença) e a de Minas Gerais (Centro Pró-Vida “A chave do tamanho”). Quanto à população favelada, cada vez mais se constata que a melhoria de sua qualidade de vida depende de uma atuação integrada por parte dos órgãos governamentais. Esse é o objetivo do Programa Integrado de Inclusão Social, por meio do qual a prefeitura de Santo André (SP) articula diversas iniciativas da prefeitura, contando também com a parceria de organizações não-governamentais e de agências internacionais. O Programa Moradia Digna e Segura em Teresina, implementado pela prefeitura da capital do Piauí, parte do mesmo princípio, isto é, da integração entre órgãos governamentais num esforço em favor dos favelados.

A luta pela inclusão social e pela construção de um país mais justo envolve, ainda, políticas voltadas para as mulheres, para as crianças e adolescentes em situação

de risco e para os jovens infratores. O Programa de Atendimento à Mulher (Camaragibe-PE), o Programa de Medidas Socioeducativas (Amapá) e a Oficina-Escola Rosalino Felipe (Betim-MG) priorizam exatamente esses grupos.

Por outro lado, além desses grupos específicos, existem no país comunidades inteiras que estão à margem do desenvolvimento econômico, ou seja, que também sofrem um processo de exclusão. Algumas das iniciativas aqui apresentadas procuram implantar um projeto de desenvolvimento local que propicie a inserção econômica e social da comunidade do município, promovendo, ao mesmo tempo, a participação popular, como acontece em Sacramento (MG), onde foi criado o Centro de Empreendimentos Rurais e em Camaragibe (PE), onde a prefeitura implantou o Programa de Administração Participativa. Nessas iniciativas, portanto, a inclusão diz respeito não só à esfera econômica como também à esfera social e à política.

Em outra iniciativa, desenvolvida em Vicência, no interior de Pernambuco, a conciliação entre desenvolvimento econômico e participação popular começa desde cedo, como parte do aprendizado escolar (Projeto Comunidades Rurais Construindo o Desenvolvimento Local). No município capixaba de Piúma, por sua vez, a escola contribui para o desenvolvimento econômico e para a geração de renda (Projeto Escola de Pesca de Piúma).

Desenvolvimento econômico com participação popular é também o objetivo da Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico, criada pela prefeitura de Campina Grande (PB). A iniciativa procura garantir a inclusão de setores marginalizados estendendo ao setor informal os mecanismos de concessão de crédito.

Em Itapecerica da Serra, município localizado na periferia da capital paulista, a criação dos Barracões Culturais da Cidadania procura combater mais uma forma de exclusão: a que restringe o acesso à cultura. Os Barracões possibilitam que

pessoas de baixa renda possam adquirir conhecimentos e se expressar por meio da arte.

A preocupação com a inclusão social também aparece em iniciativas que têm como foco a questão do meio ambiente, como é o caso dos Projetos Coleta Seletiva, de Santo André, Correção Ambiental e Reciclagem com Carroceiros, de Belo Horizonte e Unidades de Reciclagem de Porto Alegre. Em todas essas experiências, o poder público tem conseguido organizar o trabalho da população marginalizada que atuava informalmente na coleta e reciclagem do lixo.

Outra iniciativa que focaliza a questão do meio ambiente é o Programa de Proteção aos Mananciais, um cuidadoso trabalho de replantio de árvores nativas executado pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, em São Paulo.

Finalmente, o Programa Bebê Saudável, de Tamboril (CE), garante a redução da mortalidade dos recém-nascidos no município, com uma providência singela: o incentivo ao aleitamento materno. A exemplo das demais iniciativas apresentadas neste livro, o Programa Bebê Saudável mostra o esforço de alguns governos subnacionais para a construção de um país mais justo. Ao invés de projetos miraculosos e obras faraônicas, tal esforço resulta de uma ação cotidiana e muitas vezes silenciosa dos governos subnacionais, que contribuem assim para uma efetiva Gestão Pública com Cidadania.

Número de inscrições recebidas pelo Programa Gestão Pública e Cidadania:

1996 - 629

1997 - 297

1998 - 631

1999 - 888

2000 - 946

Elizabeth Leeds

Assessora do Programa de Governo e Sociedade Civil da Fundação Ford no Brasil

Beatriz Azeredo

Diretora da Área Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Peter K. Spink e Marta Ferreira Santos Farah

Diretores do Programa Gestão Pública e Cidadania



COLETA SELETIVA

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Município de Santo André

INSTITUIÇÃO:
Serviço Municipal de Saneamento
Ambiental de Santo André - SEMASA

CONTATO:
Maurício Mindrisz

ENDEREÇO:
av. José Caballero, 143
Santo André, SP
CEP 09040-210
(11) 411-9601

O lixo levado a sério

PROGRAMA COLETA SELETIVA

Em Santo André (SP), a coleta seletiva de resíduos atinge todo o município e a reciclagem é um negócio economicamente viável

A separação dos resíduos sólidos, com o aproveitamento do lixo orgânico e do material reciclável – papel, papelão, vidro, plástico, alumínio –, ganha cada vez mais destaque como alternativa para a melhoria da qualidade ambiental e para o aumento da vida útil de aterros sanitários, assim como para promover uma mudança nos hábitos da população, ampliando a conscientização ecológica e reduzindo o desperdício.

Tendo em vista esses objetivos, a prefeitura de Santo André, na região do ABC paulista, implantou em 1997 o Programa Coleta Seletiva. A prefeitura pretendia ainda enfrentar os problemas decorrentes da coleta regular de lixo na cidade, como o não atendi-

mento dos locais de difícil acesso, a disposição clandestina dos resíduos em áreas de mananciais e a necessidade de se encontrar uma alternativa econômica para a reciclagem, até então realizada como uma atividade informal.

A implantação do Programa representava um desafio porque, apesar de suas muitas vantagens, a coleta seletiva pode se tornar um processo caro e de difícil adesão por parte da população. A estratégia utilizada pela prefeitura para implantar o Programa buscou vencer tais obstáculos.




UMA APOSTA NO BOM SENSO


Em primeiro lugar, a administração municipal realizou um levantamento a respeito da infra-estrutura disponível no município para coleta de resíduos sólidos. Na época, constatou-se a existência de tímidas iniciativas para arrecadação de materiais recicláveis, sob res-

ponsabilidade de algumas entidades filantrópicas. Havia também o trabalho informal dos “carrinheiros”, que coletavam os resíduos em carrinhos de mão para, em seguida, comercializá-los.

O mesmo levantamento apurou que existiam 17 estações de recebimento de resíduos (áreas para entrega voluntária de material reciclável). Utilizando essa estrutura, o governo começou um trabalho de



Ao invés de trocar o material doado por prêmios, vales e produtos alimentícios, como fizeram outros municípios, a prefeitura apostou na conscientização da população



divulgação para que as pessoas doassem aos carrinheiros ou às entidades filantrópicas o material que poderia ser reciclado ou reutilizado. Ao invés de trocar o material doado por prêmios, vales e produtos alimentícios, como fizeram outros municípios que implantaram a coleta seletiva, a prefeitura de Santo André apostou na conscientização da população.

Ao mesmo tempo, a prefeitura iniciou a melhoria das estações de recebimento e a implementação de novas estações. Trata-se de caçambas fixadas em locais estratégicos da cidade, onde a população deposita o material que, em virtude de sua quantidade ou natureza, não é recolhido pelo caminhão. Uma parte delas passou a ficar sob os cuidados da própria comunidade, especialmente dos ex-carrinheiros, encarregados da limpeza e da manutenção desses locais.

Dessa fase inicial a prefeitura colheu subsídios para um projeto-piloto de coleta seletiva na cidade, procurando a viabilidade econômica do Programa. O pressuposto era que a coleta seletiva só se viabilizaria caso existisse um mercado comprador para os recicláveis.

Realizado num dos bairros da cidade, o projeto-piloto realizava a coleta seletiva de porta em porta, com horário estabelecido para o recolhimento do lixo orgânico e do material reciclável. Uma grande campanha de divulgação ajudou a esclarecer a população e a vencer eventuais resistências. A partir do projeto-piloto, o Programa Coleta Seletiva se expandiu e atualmente abrange 100% da população do município.



COLETORES COMUNITÁRIOS

Nos locais em que o custo é extremamente alto para as empresas coletoras, como as favelas e os loteamentos irregulares, a prefeitura implantou o Programa de Coleta Comunitária, um subprograma da Coleta Seletiva. Membros da própria comunidade atendida pelo Programa recolhem os resíduos domiciliares de porta em porta e conduzem-nos para estações de recebimento, de onde são transportados para o aterro sanitário e para a Usina de Triagem.

Os coletores comunitários foram selecionados com base em sua situação socioeconômica e deverão formar uma cooperativa. Eles recebem cerca de R\$ 180 por mês e têm também a função de conscientizar a população sobre questões ambientais, informando sobre a importância da reciclagem e a necessidade de recolher o lixo em locais apropriados.

A prefeitura ainda teve de organizar todo o processo de triagem e separação do lixo reciclável construindo, inclusive, as instalações necessárias a esse trabalho. Afinal, era preciso transformar a iniciativa num negócio atraente para as empresas compradoras de recicláveis, que só fazem a compra se toda a estrutura municipal estiver instalada,

não se comprometendo nem mesmo a recolher o material nos locais de triagem e separação.

Mas, embora se dispusesse a preparar todas as fases da coleta seletiva, a administração municipal assumiu como diretriz que não deveria participar diretamente da comercialização. Para desempenhar essa tarefa e gerir o negócio, formou-se uma cooperativa a partir do estímulo e da assessoria técnica fornecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, por meio do Projeto Incubadora de Cooperativas.



MENOS LIXO E MAIS EMPREGOS

Hoje, a operação da Usina de Triagem de Resíduos é realizada pela Cooperativa de Reciclagem de Santo André (Coopcicla), integrada por 74 cooperados. São ex-desempregados e ex-catadores de lixo que, graças ao trabalho de separação e venda dos resíduos, têm uma renda mensal de aproximadamente R\$ 350, recebendo também uma cesta de alimentos.

Convênios e parcerias com órgãos públicos, ONGs e empresas da região também contribuíram para a viabilidade econômica do Programa. A Fundação Alcoa, por exemplo, fornece os recursos para o funcionamento de uma Usina de Triagem e Reciclagem de Papel. A empresa Rotedali Serviços e Limpeza Urbana apóia principalmente o subprograma de coletores comunitários e a Pau-Brasil Assessoria Ambiental fornece apoio técnico para a divulgação do programa e para o trabalho educativo junto às comunidades de difícil acesso. A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas – Unitrabalho, por sua vez, atuou na assessoria técnica para a formação das cooperativas, juntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Foram firmados também convênios e parcerias com diversas secretarias municipais e com cooperativas de trabalhadores.

Todo esse esforço resultou no elevado nível de abrangência do Programa. Outros resultados importantes são a diminuição de 20% do volume de lixo destinado ao aterro sanitário do município e a criação de quase 200 postos de trabalho. Com menos lixo e mais empregos, Santo André dá uma lição de consciência ecológica.